

“E DAÍ?” A BANALIZAÇÃO DA MORTE COMO UMA HERANÇA BOLSONARISTA

“SO WHAT?” THE TRIVIALIZATION OF DEATH AS A BOLSONARIST LEGACY

Eliezer Reis Vicente¹

Recebido em 22/11/2022

Aprovado em 03/01/2023

RESUMO

Marcados por uma forte recessão econômica em um contexto ainda pandêmico, expressa-se uma profunda desigualdade social existente no país, que tem explicitado um conjunto de diferentes tecnologias de poder que já se encontravam em exercício no Brasil e que foi fortemente autorizado pelo discurso sádico do presidente Jair Messias Bolsonaro, que também segue evidenciando deslocamentos no modo como a biopolítica, neoliberalismo e necropolítica se articulam entre nós. Um projeto político do Bolsonarismo, de um estado autoritário, que naturaliza o uso da força e da violência, instigando-nos a problematizações que utilizaremos das teorizações foucaultianas e da teoria de morte elucidada por Achille Mbembe com o objetivo de interrogar o(s) modo(s) como se estabelecem as relações entre a vida e morte na política brasileira, pois parece-nos que há uma autorização simbólica que matar é aceitável e que, de qualquer forma, um dia a morte chega. “E daí?”.

Palavras-chave: Biopolítica; Necropolítica; Banalização da morte; Bolsonarismo.

ABSTRACT

Marked by a strong economic recession in a still pandemic context, which expresses a deep social inequality existing in the country and that has made explicit a set of different technologies of power that were already in exercise in Brazil and that was strongly authorized by the sadistic discourse of President Jair Messias Bolsonaro, who also continues to highlight shifts in the way biopolitics, neoliberalism and necropolitics articulate among us. A political project of Bolsonarism, of an authoritarian state, which naturalises the use of force and violence, instigating us to problematisations that we will use Foucauldian theorisations and the theory of death elucidated by Achille Mbembe with the aim of interrogating the way(s) in which the relations between life and death are established in Brazilian politics, as it seems to us that there is a symbolic authorisation that killing is acceptable and anyway one day one will die. "So what?".

Keywords: Biopolitics; Necropolitics; Banalisation of death; Bolsonarism.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT/UEG). Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG/RC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: eliezervicente@gmail.com

INTRODUÇÃO

Somos todos imortais. Teoricamente imortais, claro. Hipocritamente imortais. Porque nunca consideramos a morte como uma possibilidade cotidiana, feito perder a hora no trabalho ou cortar-se fazendo a barba, por exemplo. Na nossa cabeça, a morte não acontece como pode acontecer de eu discar um número telefônico e, ao invés de alguém atender, dar sinal de ocupado. A morte, fantasticamente, deveria ser precedida de certo “clima”, certa “preparação”. Certa “grandeza”. (ABREU, 2014, p. 26)

Debruçar na escrita deste texto é falar sobre uma marca² que pulsa e causa dor, na medida em que também causa movimento e potência. Movimentos em sensações de medo, de raiva, de tristeza e pensamento em torno do que pode uma vida e, também, uma morte. Movimentos de um luto político. Movimentos de vidas e mortes e corpos. Movimentos de políticas atravessados por estigmas, preconceitos, desinformações, medo da morte, do fim da vida, em territórios políticos, sociais, econômicos, afetivos. Territórios de vida e morte, de querelas em campos desconhecidos e incertos.

No dia 14 de março de 2018, a vereadora carioca Marielle Franco foi assassinada, no centro do Rio de Janeiro. Em 07 de abril de 2019, Evaldo Rosa dos Santos foi morto durante uma operação por doze militares em Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro, tendo seu veículo alvejado por oitenta disparos de fuzil. No dia 21 de setembro de 2019, Ágatha Felix, de 8 anos de idade, foi morta em operação policial no Complexo de Favelas do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro. Em 18 de maio de 2020, João Pedro Mattos, de 14 anos, foi morto atingido por um fuzil numa operação conjunta entre as polícias Federal e Civil no morro do Salgueiro, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma matemática simples, em que os donos do poder mais uma vez decidem quem vive e quem morre, como seres descartáveis. Dessa vez, julho de 2022, segue sendo narrado pelos noticiários com mais cenas de violências e mortes no Brasil. Agora, uma chacina no Complexo de Favelas do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro,

136

² Sobre as marcas, segundo Rolnik (1993, p. 242) são “estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir”.

que contabiliza dezenas de mortos. As mortes e as chacinas desses “ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata” (GALEANO, 1995) têm sido naturalizadas de forma inacreditável.

Vive-se uma forte recessão econômica em um contexto ainda pandêmico, que expressa uma profunda desigualdade social existente no país e que tem explicitado um conjunto de diferentes tecnologias de poder que já se encontravam em exercício no Brasil e que foi fortemente autorizado pelo discurso sádico do presidente Jair Messias Bolsonaro, que também segue evidenciando deslocamentos no modo como a biopolítica, neoliberalismo e necropolítica se articulam entre nós. Um projeto político de um estado autoritário, fruto do Bolsonarismo que naturaliza o uso da força e da violência, impelindo-nos a problematizações.

Ainda sucumbidos em meio ao desespero de uma pandemia que assola o mundo e que levou milhares de brasileiros, alguns filósofos se pronunciaram imediatamente a respeito dela e de seus possíveis efeitos futuros. Por certo, há entre os filósofos quem considere que caiba à filosofia alçar voo quando o jogo já estiver sido jogado, mas há também os de índole pós-hegeliana que não aguardam a conclusão do voo e desde logo procuram entrever o que nos aguarda no escuro do futuro. Longe de ser um filósofo, mas quase que como uma distopia, humildemente, parece-nos que, no escuro do futuro, uma herança do Bolsonarismo [talvez, a pior delas], ficará entre nós.

Neste íterim, encampados pelas teorizações foucaultianas e pela teoria de morte elucidada por Achille Mbembe, que objetiva-se neste artigo, interrogar o(s) modo(s) como se estabelecem as relações entre a vida e morte na política brasileira, pois parece-nos que há uma autorização simbólica que matar é aceitável e que, de qualquer forma, um dia a morte chega. “E daí?”

NOTAS SOBRE BIOPOLÍTICA

Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. [...] é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo. (FOUCAULT, 2018, p. 134)

No decorrer de sua obra, o filósofo francês Michel Foucault interessou-se nas relações de saber e poder, do qual nos ensinou que não há exercício do poder sem que haja contato com o saber, basicamente, porque “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 2006, p. 172), pois ambos “estão profundamente ligados” (FOUCAULT, 2006, p. 58). Nesse sentido, na ideia de preservar a vida da população, surge a biopolítica como estratégia de governo.

De acordo com Foucault (1999), durante muito tempo, o direito de vida e de morte esteve condicionado à vontade do soberano. Este determinava quem morria ou quem permanecia vivo: *fazer morrer, deixar viver*. Esta característica da soberania, “culminava no privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2018, p. 146). Com o surgimento da sociedade disciplinar, a vida se sobrepõe ao poder de morte e passa a interessar as instituições *fazer viver e deixar morrer*, redefinindo as condutas sociais. A este respeito, Foucault salienta:

A partir do momento em que o poder assumiu a função de gerir a vida, já não é o surgimento de sentimentos humanitários, mas a razão de ser do poder e a lógica de seu exercício que tornaram cada vez mais difícil a aplicação da pena de morte [...] Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte. (FOUCAULT, 2018, p. 148- 149)

138

A partir disso, tem-se na sociedade disciplinar, o biológico sendo instruído como elemento político cuja técnica de poder centra-se no corpo-espécie, a qual “se dirige a multiplicidade dos homens não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Assim, emerge os processos de regulação e instrução nomeados pelo autor de biopoder, que refere-se a uma técnica de poder que busca criar um estado de vida em determinada população para produzir corpos politicamente dóceis.

Encampado nessas discussões, Foucault infere sobre o desenvolvimento e o avanço das técnicas e dispositivos de controle e aponta que tal estratégia de sujeição e controle passa para o nível da governamentalidade. Nessa fase, as estratégias de extermínio

(necropolítica) se intensificam e compõem o arcabouço do Estado liberal³ e neoliberal – aqui, evidencia a transição do biopoder para a governamentalidade –, e a compreensão dessa transição fundamenta a compreensão que conecta o pensamento foucaultiano ao uso de Mbembe, quando faz crítica aos dispositivos e forças de aniquilação de pessoas. Mbembe destaca as práticas contemporâneas de sujeição de corpos, mentes, subjetividades e grupos sociais.

A sujeição dos indivíduos pelo Estado moderno é descrito por Foucault na tríade: individuação empírica, subjetivação e repressão/manipulação de processos biológicos. Para isso, o autor desenvolveu algumas técnicas: dispositivos disciplinares, infligindo as práticas de introspecção, criação de mecanismos de segurança que se transformam na *sociedade do controle* e a economia do poder liberal, do biopoder disciplinar e do dispositivo panóptico. Tais técnicas se configuram para produzir corpos dóceis e úteis, produzir sujeitos e desenvolver a produção de forças vitais (poder de tirar a vida ou deixar viver). Segundo Foucault (2005), a população e sua gestão de vida e morte são o argumento da biopolítica governamental.

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se junto de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. É nesse momento, em todo caso, que se lança mão da medição estatística desses fenômenos com as primeiras demografias. (FOUCAULT, 2005, p. 286)

139

BIOPODER, ESTADO DE EXCEÇÃO E NECROPODER

Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da

³ Neste caso, ele está pensando na expansão do capitalismo, na qual este sistema precisa de um número elevado de força de trabalho apta para a produção de mercadorias: fazer do corpo uma máquina de produção, por meio de normas, preceitos e proibições, eliminando desvios e anomalias, eis a função histórica das disciplinas. Desta maneira a prisão, escola, a indústria e os quartéis servirão para a formação e adequação de indivíduos não apenas dóceis (conformados e adequados ao sistema de normas históricas vigentes), mais úteis (em condições máximas de produção e eficiência).

vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população.
(FOUCAULT, 2018, p.129)

Quando Foucault descreveu a teoria sobre poder de gerência da vida das populações, a qual nomeou de biopoder, assentou em demonstrar o escoamento do poder, antes totalizado na figura do soberano, para uma série de dispositivos, tecnologias e saberes que foram empoados na estrutura do Estado. Sua teoria se constitui de uma rebuscada arqueologia das relações de poder das quais consequências foram às conclusões que podem ser observadas em biopoder. Ou seja, as análises históricas e sociais permitiram a compreensão do autor de que a ligação de transição do poder soberano para o poder do Estado estava justamente na conversão das políticas de dominação, antes centradas na capacidade de matar, agora, na de fazer viver.

Em *Vigiar e Punir* (2001), Michel Foucault agiu na contextura da genealogia do poder e dedicou-se em compreender como ele é exposto materialmente na vida das sociedades. O filósofo iniciou sua obra retratando a morte de Damians, determinada pela justiça no ano de 1757 com uma cena aterrorizante que descreve concisamente a execução de uma sentença que, para além da morte, o corpo ainda foi alvo de uma série de rituais que não apenas silenciava a vida, mas a arroteava para hierarquia dos sujeitos.

Damians fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da poria principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. (FOUCAULT, 2001, p. 09)

Não obstante o assassinato seja um fenômeno humano inscrito em toda nossa história, a execução de uma vida determinada pelo soberano destoava daquelas mortes perpetradas por qualquer outra pessoa, dado que para o soberano o extermínio era um direito validado pela posição de poder que ocupava. E como um ato associado à monarquia, matar estava inserido em toda a afetação tradicional que representava as ideias em torno de si. Com isso, a morte prescrita pelo poder absolutista era pragmática e

se manifestava como uma grande celebração à figura do soberano, ao mesmo tempo em que edificava uma pedagogia que educava aos vivos sobre a dinâmica do poder. Nesse sentido, a morte não significava apenas a derrogação da existência, mas funcionava, sobretudo, como forma de exercício de poder de subjugação dos corpos, adestramento das ideias e imposição do aviltamento final de vidas descartadas pelos interesses e vontades do soberano.

As teorizações foucaultianas apontam que essa estrutura sofreu alterações à medida em que valores iluministas transpunham as sociedades absolutistas e passavam a conflitar com as crenças típicas daqueles sistemas sociais. Nesse horizonte, surge os Estados-nação e dentro dessa estrutura a morte passa por profundas transformações.

Segundo Foucault (2001), a morte deixa paulatinamente no século XVIII de ocupar os espaços coletivos em que era teatralizada como símbolo máximo do poder soberano, para resumir-se aos âmbitos privados das casas e instituições. Esse abandono da morte como cerimônia coletiva de demonstração de poder se inclui em um conjunto de medidas em que a soberania já não é mais manifesta pelo apanágio de subtração de bens, valores, propriedades e até mesmo da vida humana, que antes se constituía por *fazer morrer ou deixar viver*. Há, então, uma viragem nas manifestações do poder que, a partir de meados dos anos de 1800, tira a morte dos palcos coletivos para dar protagonismo à vida na agenda política do Estado. Assim, o poder já não é definido pela capacidade de matar, mas sim pela de gerenciar o viver, configurando-se como um biopoder (FOUCAULT, 1999).

Em suas aulas no ano de 1976, intituladas de *Em defesa da sociedade*, o filósofo define população como “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável” (FOUCAULT, 1999, p. 292). Para tanto, é sobre esse corpo numerável de vidas chamado população que passam a serem atribuídas às ações de poder. Nessa conjuntura, o Estado torna-se gerenciador de processos biológicos da espécie, no entanto, em termos massivos. Para isso, faz uso de estatísticas e ferramentas epidemiológicas para prover uma verdadeira regulamentação da vida.

No cenário dessas discussões, o que interessa não é a morte, mas a mortalidade, sempre medida em termos estatísticos. A morte, experiência do sujeito, limite maior de sua existencialidade, angústia final da vida humana, passa a ser fenômeno populacional. Para isso, não será mais uma categoria filosófica e humanista, pois a mesma é reduzida àquilo que possa ser mensurado e administrado.

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no 'como' da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém, sobretudo, nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está de do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. Isso sobre o que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade. E, nessa medida, é normal que a morte, agora, passe para o âmbito privado e do que há demais privado. Enquanto, no direito de soberania, a morte era o ponto em que mais brilhava, da forma mais manifesta, o absoluto do poder do soberano, agora a morte vai ser, ao contrário, o momento em que o indivíduo escapa a qualquer poder, volta a si mesmo e ensimesma, de certo modo, em sua parte mais privada. O poder não conhece a morte. No sentido estrito, o poder deixa a morte de lado. (FOUCAULT, 1999, p.296)

Na compreensão dessa evasão da vida para contextos em que elas possam ser matáveis, é necessário prosseguir da biopolítica para a noção de *estado de exceção*, tendo em vista que Michel Foucault pouco tratou sobre este infundíbulo em que a vida humana é evadida para locais em que sua disposição se torna plenamente aceitável. No horizonte de tais discussões, caminhamos na tríade, com a questão do estado de exceção em que destacamos o pensamento do italiano Giorgio Agamben quando discordava de Michel Foucault a respeito da ênfase dada para o biopoder. Para o italiano, a biopolítica tem nascimento com o próprio surgimento da política na *pólis* grega e desde sua concepção o biopoder se relaciona intimamente com a vida totalmente matável e exposta à morte – imposta a um tipo de exclusão (AGAMBEN, 2002).

Segundo Agamben (2002), o estado de exceção foi uma estratégia resguardada no ordenamento jurídico dos Estados-nação que articularam a possibilidade de o governo restituir o poder soberano e imprecisar às subjetividades que passam a ser regidas pelo governo com total controle sobre a morte e os destinos das pessoas. A ideia do autor é de que o biopoder por si só não é capaz de explicar a capacidade de o Estado promover verdadeiras execuções em massas sem que tenha que construir espaços em que possa agir com plenos poderes de soberano, para tanto necessita do arrimo do estado de exceção.

É nesse intuito teórico produzido pelos pensadores Michel Foucault e Agamben que se localiza a atuação de Achille Mbembe com o novo saber denominado por necropolítica, que complementa a biopolítica e o estado de exceção.

NECROPOLÍTICA E O DISCURSO DE BOLSONARO

*E daí, lamento.
Quer que eu faça o que?
Sou Messias, mas não faço milagre.
(BOLSONARO, 2020, s.n.)*

O que é a necropolítica? Digamo-lo de forma simples, com inspiração em Michel Foucault: entre nós, a necropolítica é um dispositivo de governo para *fazer morrer e não deixar viver*.

Em *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, política da morte*, Achille Mbembe apresenta o conceito de necropolítica que pressupõe a expressão máxima em que a soberania reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer: “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (MBEMBE, 2018, p. 123).

Considerando a política como uma forma de guerra e esta como um meio de alcançar a soberania, Mbembe questiona “que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?” (MBEMBE, 2018, p. 124). No país em que desde 2018 se instalou um governo de ultradireita com condutas antidemocráticas e de política econômica ultraneoliberal, com anseios ditatoriais, uma política de tradição escravagista, em que o próprio presidente autoriza e discursa com prazer e gozo sádico todas as formas de matar e morrer, quem seriam esses corpos feridos? Que herança é essa que o Bolsonarismo deixará entre nós?

Na perspectiva em tela, a escravidão pode ser considerada uma das primeiras vivências de biopolíticas e se concatena com o surgimento do terror moderno. E obviamente que uma sociedade forjada com tamanha violência colhe frutos da profunda desigualdade estrutural que lhe subjuga. A escravidão criou no Brasil “uma singularidade excludente e perversa” e uma “sociabilidade que tendeu a se perpetuar no tempo, precisamente porque nunca foi efetivamente compreendida nem criticada” (SOUZA, 2017, p. 9) – eis que transmutada em “mito”.

A COVID-19 apenas gerou o agravamento de uma crise já existente. O capitalismo tem se saído mais forte nessa pandemia. O vírus expôs a essência do capitalismo. Além dos altos índices de desigualdade, racismo estrutural e exagerados índices de violência, o Bolsonarismo articulou os grandes proprietários de terras, igrejas evangélicas e o exército, um bloco de poder que ativa a barbárie. O governo sabe o que está fazendo. Existem dois acontecimentos simultâneos: de um lado, a COVID-19 e do outro, a

ação de Bolsonaro e seu Governo. Uma ação intencional de deixar morrer. O gesto político do Bolsonarismo é a mímica do pistoleiro atirando. Não há políticas públicas que preservam a saúde e a vida.

A pandemia apenas veio mostrar que algumas vidas valem mais que outras, e “quem têm pouco valor” pode ser descartado, e sabemos quanto mais frágeis forem às populações, maior o desequilíbrio entre a vida e a morte. Quando o presidente aparece em *live* para homenagear apenas o policial morto na chacina do Complexo de Favelas do Alemão e não menciona nenhuma outra vítima, ele valida esse discurso. Foram estabelecidos cortes de aceitabilidade para descartar uma vida, bem como para quem entra na lista de homenagem póstuma do presidente.

A função da necropolítica está imbricada no processo de algo muito maior e permanente: o fortalecimento do capitalismo neoliberal. A política se converte em uma guerra sublimada contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra as mulheres e os LGBTQIAP+. Como a ‘prosperidade capitalista’ não é para todos, as políticas de morte passam a ser a forma de garantir a manutenção da ordem.

O governo e sua rogativa a políticas de morte, agregado a um neoliberalismo radical, pode evoluir para um tipo de “Estado Miliciano”, do controle político exercido através das armas. A destruição do Estado, liquidando os sistemas de proteção social, está associado a um aparelhamento político. O Bolsonarismo sem freios está inaugurando uma inédita necropolítica neoliberal. A morte, mais do que vulgarizada, passa a ser celebrada.

144

BANALIZAÇÃO E POLÍTICA DE MORTE: A MIRA CERTEIRA SEM COMOÇÃO

A irreflexão – a imprudência temerária ou a irremediável confusão ou a repetição complacente de “verdades” que se tornaram triviais e vazias – parece ser uma das principais características do nosso tempo. (ARENDR, 2007, p. 13)

Temos discutido nesse artigo a política e a banalização da morte praticada pelo Estado, um fenômeno cuja representação social ultrapassa a esfera doméstica, bem como a subjugação da vida à morte em um contexto atual atravessado por guerras e conflitos mundiais, acompanhada pelo agravamento da questão social em diversos países e pela crescente

banalização do mal que demonstra que, para além de uma crise econômica e política, estamos diante de uma crise de humanidade.

Vivenciamos, hodiernamente, que empiricamente o “trabalho” policial progrediu da prisão para a morte, principalmente envolvendo pessoas negras. O caso do assassinato de Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, que aconteceu no dia 07 de abril de 2019, por militares do Exército, que não pararam o veículo para nenhuma averiguação, mas abriram fogo contra o carro com aproximadamente oitenta disparos que transportava a família de Evaldo, matou um homem negro, músico, trabalhador. Nesse momento, Evaldo e sua família passavam em frente ao quartel de Guadalupe, na Zona Norte do Rio. No início do tiroteio, sua esposa Luciana teria saído do veículo, com o filho, para mostrar que eram uma família, implorando aos policiais socorressem seu marido ferido ao invés de continuar com os disparos, mas sem sucesso. Na tentativa de ajudar a família, o catador Luciano Macedo de 27 anos, também foi atingido e, após 11 dias lutando pela vida no hospital, morreu, deixando a mulher Daiana Horrara grávida de cinco meses.

Qual o escopo o Exército descarrega oitenta tiros de fuzil contra um veículo em uma tarde de domingo? Seria o território? A suspeição de criminoso ao volante? A partir de quais critérios?

A reflexão acerca desse caso leva a muitas dúvidas e contesta diretamente a resposta do Ministro da Justiça perante a ação do Exército. Quando questionado sobre o caso, Sérgio Moro (Ministro da Justiça, à época) disse que “é algo que pode acontecer.” Esse discurso minimiza a violência do Estado, mas também acarreta reação, porque disparar oitenta tiros contra um veículo ocupado, inclusive, por criança, não é normal, mas serve para denunciar o elevado grau de mazela da sociedade, que, para além da violência real e simbólica, e da prisão como morte social, concerne de uma política de extermínio.

Para compreensão desse caso, que exemplifica tantos outros, autores como Mbembe nos auxiliam. Mbembe (2018) cita Hannah Arendt para quem considera não haver paralelos à vida nos campos de concentração e traz também Giorgio Agamben que afirma ser o campo “o lugar no qual se realizou a mais absoluta *condicio inhumana* que já deu sobre a terra” (AGAMBEN *apud* MBEMBE, 2018, p. 8). Existem questiúnculas, considerando a história da escravidão, a prática de morte no passado – embora se saiba que eliminar um escravizado representava perda financeira; e a prática do terror no presente – exclusão social,

invisibilidade midiática, mercado e violência de Estado, que ditam silêncio, medo, dominação da alma, submissão e morte.

Mbembe (2018) recorda que, nos campos de morte, seus ocupantes são desprovidos de estatuto político e reduzidos a seus corpos biológicos. Contudo, o autor questiona que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (MBEMBE, 2018, p. 27).

Bem sabemos que as fissuras do nazismo ainda se fazem presentes. Césaire nos instrui a importância de estudar o hitlerismo, a fim de “[...] revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que ele traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demônio, que se ele o censura, é por falta de lógica” (CÉSAIRE, 2004, p. 13). A atualidade do pensamento de Césaire está na realidade empírica do Brasil e na ampliação do número de “Hitleres”, atuando na narrativa e nas práticas contemporâneas, já sem nenhum disfarce. Os oitenta disparos contra Evaldo confirmam a teoria do autor, quando diz que esse burguês, “[...] no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco [...]” (CÉSAIRE, 2004, p. 13).

No horizonte dessas discussões, é importante ressaltar o crescimento do racismo de Estado e a combinação com a mídia e o mercado que retomam o exemplo de tolerância ao nazismo e o distanciamento ao sistema. Com isso, observa-se, no caso brasileiro, a mesma postura diante da necropolítica contra a população negra, principalmente. Essa política está ancorada no Estado, no capital e na mídia. Enquanto o Estado e o mercado atuam, a mídia legitima a ação de ambos, como a morte real e simbólica. Mesmo quando noticia as mortes, é comum a vítima ser apenas um corpo, sem família, sem parentes, sem sociabilidade, evidenciando discursos de inimigo perigoso.

Ainda sobre esse caso, ao ser questionado sobre a responsabilidade do Estado, o presidente Jair Bolsonaro disse que “o Exército não matou ninguém”. Um enunciado que exemplifica o cinismo da política de morte. Afinal, um presidente que discursa que “preto não é ninguém”, enquanto tem obrigação pública de proteger toda a população e de desenvolver políticas de cidadania, está escancarando sua política de morte sem nenhuma humanidade. Não obstante, desde a sua campanha em 2018, ficou evidente que políticas públicas e de segurança não eram preceitos seguidos pelo candidato eleito. Pelo contrário, antes de ganhar as eleições,

a licença para matar já havia corpo a partir da semiótica do racismo, dos discursos e gestos do então candidato, um verdadeiro incentivo à violência contra negros, homossexuais, mulheres e opositores (as minorias das quais ele afirmou que não governaria). De lá para cá, muitos têm morrido, incluindo jovens negros, lideranças políticas e culturais e a oposição se encolhe, enquanto o presidente se sente livre para elevar sua política de morte à máxima potência.

É sabido que essa banalização e política de morte apenas afloraram com Bolsonaro. A novidade está em escancarar o discurso e abrir os armários, fazendo sair de dentro todo o descontentamento da elite brasileira que segue incomodada com os avanços dos subalternos.

O *ethos* da política de morte tem três características: a imprevisibilidade do ato, a forma de ataque e a prática do terror: “O Estado dialoga com a gente nos observando a partir da mira de um fuzil de um policial” (SANTIAGO, 2018).

Impulsionada pelo sofrimento, a luta dos sujeitos afetados denuncia a barbárie do século XXI pela necropolítica e pelo necropoder, cuja soberania traduz-se na decisão sobre vida e morte: “Essa nova era é o da mobilidade global. Uma das suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem monopólio exclusivo dos Estados e o ‘exército regular’ já não é o único meio de executar essas funções” (MBEMBE, 2018, p. 52).

147

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos públicos do presidente Jair Bolsonaro com tom agressivo e insensível promoveram descréditos no controle da pandemia. O mandatário descreditou na Ciência e provocou aglomerações. Ele verdadeiramente instaurou uma necropolítica. De *mimimi a vamos ficar chorando até quando?* Sobressai o desrespeito, a falta de empatia e esvai-se a humanidade de Bolsonaro, que muito mais que incentivar à morte, faz acontecer-la.

A biopolítica como estratégia de governo nasce com o propósito de instar o bem-estar. Nesse momento político do país, figurou-se como estratégia de governo centrada na morte. Vidas que podem ser descartadas, corpos não produtivos podem ser sacrificáveis no maior selvagem ato de desumanidade. “E daí?” reverbera não só como um discurso repulso, mas anuncia a morte e uma herança Bolsonarista que

perdurarão anos, tendo-a autorizada e banalizada. O país normalizou o genocídio dos pobres. “E daí?”

Compreende-se como funciona a necropolítica – que se utiliza de Estado com objetivos para fazer morrer – e que seleciona os corpos que serão levados à morte. Dessa maneira, a mortalidade da população brasileira é resultado de uma construção social e histórica de marginalização e desumanização dos corpos. Michel Foucault e Achille Mbembe guiam pelos caminhos de exercer poder e suprimir liberdades, e não discernir o outro. Esforços para demonstrar que a ação da necropolítica substitui o mecanismo da biopolítica. Quem sobra, ou não, está incluído nos formatos sociais definidos; viverá à margem.

No horizonte das discussões encampadas, a morte, hodiernamente, foi excluída das experiências coletivas compartilháveis e tornou-se um fato individual, corriqueiro, sem sentido. E exatamente por esta razão é que a morte passa, na biopolítica moderna, a ser tomada como fenômeno populacional e estatístico, como mortalidade, indispensável para purificar a sociedade e afastá-la dos perigos que ela mesma criou. A banalização da morte tem ocupado o lugar da ética e da verdade e restará como herança Bolsonaroista.

REFERÊNCIAS

148

ABREU, Caio Fernando. **Pequenas Epifanias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme suivi de Discours sur la Négritude**. Paris: Éditions Présence Africaine, 1955 et 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo/SP: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FOUCAULT. Michel. 1973 - Da Arqueologia à Dinástica. In: MOTTA, M. B. da (Org). **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 48-60, 2006.

FOUCAULT. Michel. 1975 - Entrevista sobre a Prisão: o Livro e o Seu Método. In: MOTTA, M. B. da (Org). **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 159-174, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 18 ago 2022.

149

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 241-251, 1993.

SANTIAGO, Raull. **Simulação de entrevista coletiva para alunos do Laboratório de Comunicação Crítica na ECO/UFRJ**. Rio de Janeiro: LECC-UFRJ, 26/01/2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

